



## **ESTUDOS CULTURAIS, PÓS-COLONIALISMO E A (DES)CONSTRUÇÃO DO OUTRO: A ORIENTALIZAÇÃO DO NOVO MUNDO – O CASO DO BRASIL<sup>1</sup>**

**Lélian Patrícia de Oliveira Silveira\***

**Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca -  
CEFET /RJ**

[lelian.silveira@hotmail.com](mailto:lelian.silveira@hotmail.com)

**Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista\*\***

**Universidade de Aveiro - Aveiro, Portugal**

[mbaptista@ua.pt](mailto:mbaptista@ua.pt)

**RESUMO:** À luz dos Estudos Culturais e da Teoria Pós-Colonial, o presente estudo propôs-se investigar como o Brasil, embora não esteja localizado no Oriente, foi sendo construído dentro de uma suposta essência orientalizante. Neste sentido, o artigo apresenta o quadro histórico-cultural do país e procede uma revisão bibliográfica pelos principais autores dos Estudos Pós-Coloniais, autores centrais e alguns seminais dos Estudos Culturais, que ousaram denunciar e desconstruir os discursos de poder presentes entre (ex) colonizadores e (ex) colonizados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos Culturais. Pós-Colonialismo. Orientalismo. Brasil.

## **CULTURAL STUDIES, POST-COLONIALISM AND THE (DE)CONSTRUCTION OF THE “OTHER”: THE ORIENTALIZATION OF THE NEW WORLD - THE CASE OF BRAZIL**

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

\* Doutora em Estudos Culturais (Universidade de Aveiro), Professora do CEFET/RJ – Petrópolis e membro do Centro de Investigação do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro – Portugal.

\*\* Doutora em Cultura, Professora Catedrática e Diretora do Programa Doutoral em Estudos Culturais no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro – Portugal.

**ABSTRACT:** In the light of Cultural Studies and Postcolonial Theory, the present study aimed to investigate how Brazil, although not located in the East, was constructed within a supposed of orientalism essence. In this sense, the article presents the historical-cultural context of the country and a bibliographical review is carried out by the main authors of the Postcolonial Studies, central authors and some seminal ones of Cultural Studies, who dared denounce and deconstruct the discourses of power present between (ex) colonizers and (ex) colonized.

**KEYWORDS:** Cultural Studies. Post-Colonialism. Orientalism. Brazil.

## INTRODUÇÃO

Ainda que o termo pós-colonial apresente ambiguidades teóricas de espaço e temporalidade (SHOHAT; STAM, 2006), sendo objeto de crítica por parte de alguns teóricos, situa-se dentro de um “campo de força de poder-saber” (HALL, 2003, p. 19), assinalado pelas relações e disposições de poder, que emergem nas diversas áreas do contexto social marcado pelo pós-colonialismo. Entretanto,

o termo não se restringe a descrever uma determinada sociedade ou época. Ele relê a colonização como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou global das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação. (HALL, 2003, p. 109)

Nesta ótica, apesar do prefixo “pós” da expressão pós-colonial indicar, do ponto de vista cronológico, as ex-colônias, não sinaliza, contudo, uma periodização baseada em estágios temporais, nem aponta para a resolução dos problemas do colonialismo ou de uma época livre de conflitos. Segundo Hall (2003), posterior significa “o momento que sucede o Outro (colonial)” (p. 119), no qual, porém, ainda predominam as relações de poder, usualmente empregadas na época colonial. Trata-se, assim, de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas são significadas (HALL, 1997). Em outros termos, ainda que o anúncio da era pós-colonial se esconda na posição enunciativa, dentro da configuração centralizada do poder hegemônico os traços do colonialismo não podem ser facilmente apagados, mas podem ser naturalmente revividos dentro do neocolonialismo. (MORLEY; CHEN, 2005)

Desta forma, debater o pós-colonialismo, não significa de nenhuma maneira a finalização do colonialismo. Ao contrário, na configuração das novas relações de poder nas nações (ex)colonizadas o colonial sobrevive na política, na cultura e

economicamente. Ou seja, o termo pós-colonial destaca o acesso de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra: dependência, subdesenvolvimento, marginalização, submissão, subalternidade, “típicos do “alto” período colonial, que persiste no pós-colonial” (HALL, 2003, p. 56). Enfim, a crítica pós-colonial tem oferecido direito ao testemunho de países, comunidades e minorias periféricas. Assim, é possível apontar que, os Estudos Pós-Coloniais dialogam profundamente com a abordagem mais ampla dos Estudos Culturais, constituindo um dos paradigmas de reflexão sobre a situação global contemporânea (COSTA, 2006), ao contestarem as certezas associadas ao Ocidente que, “na sua arrogância (colonial), se toma pelo centro, relega para a margem ou periferia aqueles em nome de quem tem falado e pretende continuar falar.” (SANCHES, 2002, p. 36)

Neste contexto, a literatura aponta as marcas deixadas pelo processo de colonização e pela dicotomia cultural durante o domínio imperial, as transformações operadas pelo domínio cultural europeu e os conflitos delas decorrentes. Outrossim, Edward Said (1978), Gayatri Spivak (1985), Homi Bhabha (1983), Stuart Hall (1992), entre outros estudiosos, realizaram uma análise afinada da teoria crítica europeia de um ponto de vista pós-colonial, ao ousarem denunciar e desconstruir os discursos de poder presentes entre (ex) colonizadores e (ex) colonizados.

Aliás, o estudo das formas das representações mútuas e sua articulação com as relações de poder dentro das nações que passaram pela experiência colonial tem como marco inicial a obra de Edward Said - *Orientalism* (1978) - ao discutir o modo como o Oriente foi sendo construído como imagem do espelho do Outro sobre a qual foram depositadas um conjunto de características negativas. O autor chama atenção para a construção eurocêntrica do Oriente na escrita Ocidental ao denunciar a fronteira cultural existente – produtora de significados e responsável por representações e práticas – entre “eles”, que se tornaram “eles”, de acordo com as demarcações de territórios, que passaram a ser delimitados como diferentes.

Sem embargo, o intercâmbio entre o significado acadêmico e o sentido relativamente imaginativo do termo é constante e o Orientalismo passa a ser discutido e analisado como uma instituição autorizada a abordar o Oriente: “fazendo-o e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o” (SAID, 1990, p. 15). Em outros termos, o Orientalismo é entendido

como o estilo Ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente, refletindo determinados interesses.

Todavia, Said (1990) esclarece que não se pode compreender o Orientalismo como uma disciplina extremamente sistemática, por meio da qual o Ocidente foi capaz de manipular e produzir o Oriente no contexto político, sociológico, militar, ideológico e científico, sem examiná-lo como uma prática discursiva organizada historicamente, que contribui para a validação e a promoção de interesses europeus. Ou seja, o Orientalismo pode ser compreendido como uma rede de interesses, inevitavelmente aplicados a todo o contexto em que o Oriente é discutido, uma vez que quem escreve, dialoga ou atua sobre o Oriente não pode fazê-lo sem ser através das suas próprias representações que condicionam e são condicionadas pelas respectivas práticas.

Sob esta perspectiva, o ponto de partida dos Estudos Pós-Coloniais são as representações dos sujeitos dos países periféricos, excluídos do contexto político e legal, e impossibilitados de pertencer aos grupos sociais hegemônicos. Spivak, em ensaio intitulado *Can the subaltern speak?* (1985), comemora o alcance da obra de Said, desde a “marginalidade” ao *status* de disciplina acadêmica, no âmbito do qual o periférico pode falar, ser ouvinte e até tema do debate (SANTOS, 2005). Sob a influência da produção teórica de Foucault e Deleuze a autora utiliza, a título de ilustração, casos específicos da Índia para indicar grupos marginalizados e demonstrar a subalternidade do sujeito perante o Outro. Trata-se de oferecer uma explicação de como a realidade é estabelecida como normativa. Neste caso, a produção intelectual ocidental corrobora, de muitas maneiras, os interesses econômicos internacionais do Ocidente:

O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto orquestrado, vasto e heterogêneo de se construir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária subjetividade. (SPIVAK, 2010, p. 47)

Do ponto de vista da autora, a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços, por meio dos quais o sujeito subalterno não possa apenas falar, mas sobretudo ser ouvido. Portanto, não basta que os ocidentais defendam os orientais, mais do que isto, é necessário desfazer o binômio saber/poder, que cala os subalternos, para que se abra espaço ao Oriente. Trata-se, não de dar voz ao oprimido, mas de uma descolonização do pensamento.

Assim como Spivak, Bhabha também desenvolveu o seu interesse pela história da dominação britânica sobre a Índia, bem como a discussão sobre a continuidade entre o período colonial e a atualidade, ou seja, a partir “daquela polaridade a-histórica do século dezenove entre Oriente e Ocidente que, em nome do progresso, desencadeou as ideologias imperialistas, de caráter excludente, do eu e do Outro.” (BHABHA, 1998, p. 45-46)

Destarte, todos os males da existência social da colônia são ostentados como resultado da inferioridade do colonizado em contraste com os privilégios intrínsecos do colono, ou seja, em decorrência da própria superioridade europeia. Para Fanon (1968) “o colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que “os” conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial” (p. 26). Logo, a posição privilegiada do colono não deriva exclusivamente da organização da economia colonial, mas está intimamente conectada com a autoimagem do colonizado e a forma de representá-lo por parte do colonizador. Em suma, é indissociável da correlação de forças que, de alguma forma, o colonizador impôs. (CABAÇO; CHAVES, 2004)

Stuart Hall (1996), em *The West and the Rest: discourse and power*, discorre sobre os principais recursos que foram alimentando a polaridade entre o “*West*” e o “*Rest*”: os conhecimentos clássicos, as fontes bíblicas, as mitologias e a literatura de viagens que, através de relatos e narrativas, contribuíram para reforçar os mitos existentes. Além disso,

se a Europa já ocupava na Cultura Clássica a categoria mais elevada (...) com maior motivo conservou esse privilégio no pensamento cristão. Realmente, não só foi admitindo que encenava a civilização mais perfeita do ponto de vista do homem natural, mas também que era reduto da única verdadeira civilização, aquela fundada na fé cristã e, principalmente, no sentido histórico transcendental do mistério da Redenção. (O’GORMAN, 1992, p. 195)

Ao investigar as obras fundadoras das Ciências Humanas contemporâneas – *Adam Smith, Henry Kame, John Millar, Adam Ferguson* etc. – Hall (1996) demonstra como a polaridade *West/Rest* se instalou no interior do pensamento científico. Porém, o discurso polarizado não prevaleceu apenas nos primeiros trabalhos das Ciências Sociais, mas se tornou um dos fundamentos da sociologia moderna, sustentando as normas sociais, as estruturas e os valores ocidentais como parâmetros universais e definidores da sociedade moderna: “assim, sob a lente da sociologia, as especificidades das

sociedades “não ocidentais” passam a figurar como ausência e incompletude, em face do padrão moderno, desprendido exclusivamente das sociedades ocidentais.” (COSTA, 2006, p. 119)

Boaventura de Sousa Santos, no texto *Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidades* (2003), reflete acerca das relações de dualidade das posições do sujeito soberano/colonizado, Próspero/Caliban, usando como exemplo o colonialismo português, cujo sujeito ora é moderno, desenvolvido e, portanto, Próspero; ora se apresenta como primitivo, selvagem, subdesenvolvido e Caliban, alternando sua posição à medida que os interesses se modificam. Desde cedo, o sistema colonial britânico exerceu uma função normativa para a marginalidade portuguesa: “o Próspero português não é apenas um Próspero calibanizado, mas um Caliban quando visto da perspectiva dos Super-Prósperos europeus.” (SOUSA SANTOS, 2003, p. 27)

Logo, surgiram diferenças nas relações (pós)-coloniais, marcadas, no caso português, pela hibridez entre colonizador e colonizado e pela polarização extrema no caso anglo-saxão. Além disso, a questão racial corrobora a ambivalência da representação do colonialismo português. Neste caso, se por um lado, a miscigenação racial no território colonial português foi assinável, dentro do confortante espaço lusotropicalista, como um “triunfo humanista” ou um “engenhoso expediente colonialista”, por outro lado, a mesma miscigenação, “lhes era escrita na pele como um ônus pelo olhar Próspero do europeu” (SOUSA SANTOS, 2003, p. 31) e também no próprio contexto português continental.

Para o autor, as identidades não podem ser representadas como fixas ou estáveis, mas relacionais e raramente recíprocas. Trata-se de “uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais [são] representadas ou interpretadas.” (HALL, 1992, pp. 12-13)

De fato, as identidades não são “coisas” com as quais se nasce, mas são formadas e transformadas ao longo do tempo através de processos inconscientes. Entretanto, a identidade é originalmente uma forma de dominação estabelecida num modo de produção do poder: “quem tem poder para declarar a diferença tem poder para declará-la superior às outras diferenças em que se espelha” (SOUSA SANTOS, 2003, p. 30). O discurso identitário surge diante da falta de inteireza que é preenchida a partir do “nosso” exterior pelas formas através das quais “nós” imaginamos ser vistos por Outros (HALL, 1992). Assim, as identidades vão moldando-se e deixando-se moldar - ora



Caliban, ora Próspero – a partir das relações de poder que vão sendo estabelecidas – ora colonizador, ora colonizado.

No caso do Brasil, embora o país não esteja localizado no Oriente, foi sendo construído dentro de uma suposta essência orientalizante. Se, no primeiro momento, a colônia portuguesa no além-mar foi comparada ao Jardim das Delícias, legitimada pela Bíblia e pelos reis católicos, com o tempo, atribuíram ao Brasil a posição de periferia do mundo civilizado, bem como colocaram a Europa como centro civilizador.

Sendo assim, o artigo tem como objetivo apresentar o quadro histórico-cultural e o processo de orientalização do Brasil. Ademais, o artigo procede uma revisão bibliográfica pelos principais autores dos Estudos Pós-Coloniais, autores centrais e alguns seminiais dos Estudos Culturais: Edward Said (1990; 2011), Stuart Hall (1992; 1996; 1997; 2003), Gayatri Spivak (1985), Home Bhabha (1998), Frantz Fanon (1968), entre outros, que ousaram denunciar e desconstruir os discursos de poder presentes entre (ex) colonizadores e (ex) colonizados.

## **A ORIENTALIZAÇÃO DO NOVO MUNDO – O CASO DO BRASIL**

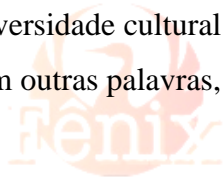
Ao rastrear sinais mais remotos sobre a ideologia do colonialismo, Sodré (1965), sublinha a expansão do Velho Mundo através das descobertas ultramarinas, intimamente ligadas à economia mercantilista. Na realidade, transvestidos pela missão civilizatória, o “gênio colonizador” (BAPTISTA, 2017) tratava exclusivamente do seu próprio interesse econômico, forçando o Outro a viver como estranho, condenado e despersonalizado em sua moradia. (ANTONACCI, 2013)

A missão civilizadora e evangelizadora cristã reuniram razões que tiveram como efeito camuflar os reais interesses mercantilistas por novos produtos, novas rotas comerciais, novas colônias, novas riquezas e novas ideologias que ratificassem seu poder. Surge, assim, um novo argumento a favor da dominação política/econômica/militar/cultural: a libertação dos que estavam presos no atraso e na ignorância revelada pelas escrituras. Desta forma, as civilizações “orientais”, poderiam romper as barreiras do atraso somente com a ajuda do mundo ocidental. (WALLERSTEIN, 2007)

A partir de uma trajetória linear e uma sequência de impérios, a Europa despontou como o “motor” das mudanças históricas e do progresso no mundo.

Entretanto, convém ressaltar que, a dominação ocorreu por meio do poderio político militar, patrocinada pelos Papas Católicos, “visando o fortalecimento da renovação da República Cristã” (LARA, 2002, p. 24). Por outro lado, o discurso sobre o Outro, “orientalizado” e subjogado, iniciou sua construção, em um primeiro momento, pela linguagem – operando por metáforas ou personificação visual de tropos, remetendo ao erotismo das “terras virgens”, dos “continentes negros”, dos “territórios ocultos” e dos “haréns imaginários” – e, acima de tudo, se apresentando, o que na linguagem foucaultiana se denomina como “regimes de verdades.” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 31)

No entanto, Baptista (2005) sugere que a questão do Outro perpassa sempre pela “própria” linguagem, expressando mais sobre o locutor que propriamente sobre o interlocutor. Para a autora, uma vez que, o discurso sobre o Outro permite traduzi-lo nos termos da “nossa própria” memória cultural, o discurso é exatamente sobre a tentativa de submetê-lo a um regime único e universal de verdade e poder, mais precisamente sob o domínio de uma teoria ocidental. Ou seja, submetê-lo à possibilidade de reduzir a diversidade cultural a apenas uma perspectiva paradigmática (SHOHAT; STAM, 2006). Em outras palavras,



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

quando dizemos olhar o Outro de forma científica, queremos dizer que lhes estamos a descrever os valores, os sistemas políticos e econômicos, as estruturas sociais e de parentescos, os ritos e as crenças religiosas, a história militar, civil e diplomática ou do cotidiano, e no final, quem ficou intocado foi precisamente o Outro, que, assim quisermos desnudar. (BAPTISTA, 2005, p. 240)

Neste caso, o *Rest*, o Outro ou o Oriente, encontram-se, frequentemente, dentro de um contexto redutor, absolutamente diferente e exterior, “incompreensível, irreduzível à nossa visão do mundo e, em última análise, irracional, porque [é] imprevisível segundo a nossa própria lógica” (BAPTISTA, 2005, p. 241)

Em decorrência, a relação entre o Outro e o Ocidente é perpassada por uma relação de poder e dominação, reforçada pela dicotomia entre o Oriente – calado, sensual, feminino, irracional e atrasado – em contraste com o Ocidente – racional, moral, masculino, dinâmico e progressivo. Para Said (1990), o Oriente “nunca está muito longe (...) da ideia de Europa, uma noção coletiva que identifica os “nós” europeus contra todos “aqueles” não-europeus”, posto que a partir da hegemonia das ideias europeias sobre o Oriente, elas próprias reiteraram “a superioridade europeia



sobre o atraso oriental, anulando, em geral, a possibilidade de que um pensador mais independente, ou mais cético, pudesse ter visões diferentes” (p. 19).

Entretanto, é importante sublinhar que as referências ao Oriente apontadas por Said (1990) não se limitam à localização geográfica do Oriente, mas igualmente às nações não-europeias. Do ponto de vista geográfico, a definição de Oriente é relativa, como pode ser exemplificado com a América Latina. Embora a maioria dos países latino-americanos, independentemente de suas heranças étnicas, encontrem-se localizados no hemisfério ocidental, tendo como primeira língua um idioma europeu e, sobretudo, utilizarem os hábitos europeus, permanecem excluídos do conceito de Ocidente (SHOHAT; STAM, 2006). Em outros termos, ainda que o Oriente remeta a um lugar geográfico, expressa mais propriamente uma fronteira cultural definidora de sentidos - entre “nós” e “eles” - no interior de uma relação que produz e reproduz o Outro como inferior. (COSTA, 2006)

No centro da discussão está o modo como a Europa (e mais tarde os Estados Unidos) enxergaram e engessaram o Oriente: a Bíblia, o cristianismo, as rotas comerciais traçadas por Marco Polo, fabulistas como *Mandeville*, navegadores como *William Drampier*, as conquistas, as cruzadas, as narrativas de viagens, os peregrinos, os militantes, as missões, entre outros fatores, contribuíram para a criação de um arquivo internamente estruturado, estabelecido a partir da perspectiva europeia (SAID, 1990). Ao retratar uma realidade distorcida, cooperaram nas polaridades entre o Ocidente – civilizado, adiantado, desenvolvido, moderno – e o resto – selvagem, atrasado, subdesenvolvido, primitivo etc. Em outros termos, trata-se de uma fantasia ocidental sobre a diferença, sobre a periferia, mantida pelo Ocidente, “que tendem a gostar mais de seus nativos, como puros e de seus lugares exóticos apenas como intocados” (BHABHA, 1998, p. 80). Inserido em tais contornos, o cristianismo completou o estabelecimento das principais esferas intra-orientais.

Neste contexto, a crença na existência do paraíso, amplamente influenciada pelo Cristianismo, contribuiu para a certeza da presença de seres e lugares dotados de mistérios e diferenças. Decorre dessa visão sagrada, a concepção de um lugar perfeito, inquestionável, no qual sucessivos esforços foram empreendidos a fim de (re)descobrir a sua localização. (AOUN, 2001)

Mais tarde, a literatura de viagens, as utopias imaginárias, os relatórios científicos, destacaram as regiões estranhas do mundo por meio de “inúmeras

especulações sobre gigantes, patagônios, selvagens, nativos e monstros supostamente habitando o extremo Leste, o Oeste, o Sul e Norte da Europa”. Daí surge um número de condensações típicas: “a jornada, a história, a fábula, o estereótipo, o confronto polêmico”, moldando a linguagem, a percepção e a forma de encontro entre o Leste e Oeste. Não obstante, mantem-se a falta de correspondência direta entre a linguagem empregada para representar o Oriente e o próprio Oriente, devido à ausência de intenção em expressar a realidade, mas sim teatralizá-la, uma vez que as “audiências, administração e atores [eram] para a Europa e, só para ela.” (SAID, 1990, pp. 126/68/81)

Assim, o Orientalismo foi sendo organizado como uma ciência com pouca (ou nenhuma) ligação direta com a realidade, desde um conjunto de regras e um repertório de imagens fantásticas - seres exóticos, sensualidade, paisagens encantadas, segredos, monstros etc. - construindo e moldando a linguagem, a percepção, a forma de encontro e, ainda, dividindo o mundo em dois espaços geográficos distintos: o Oriente e o Ocidente. A partir das narrativas dos viajantes, as perspectivas etnocêntricas foram asseguradas, uma vez que as representações mantinham, invariavelmente, a Europa como centro privilegiado e principal observador. (SAID, 1990)

No caso do Brasil, uma suposta essência de “orientalidade” pode ser encontrada no âmbito da cultura brasileira. Em um primeiro momento, marcada pelos relatos sobre o “achamento” do Novo Mundo, transcorrendo pelas narrativas dos viajantes estrangeiros e da literatura colonial, corroborando não somente o imaginário da época, mas sobretudo atravessada pela hegemonia europeia, sob uma perspectiva missionária da “necessidade” de civilizar e salvar aquela gente selvagem: “um paraíso de difícil acesso, um inferno repleto de pecadores e de infundáveis suplícios e um purgatório, um lugar transitório de provação e castigo.” (PAIVA, 1997, p. 53) Mais tarde, a fantasia colonial encontrou-se “[encapsulada] em estruturas institucionais que [excluíram] certas vozes, estéticas e representações.” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 44)

De fato, a Carta do Descobrimento, o relato de Mestre João Farás e a Relação do Piloto Anônimo sobre o “achamento” do Brasil, reúnem desde imagens míticas do paraíso perdido, à inocência original de Adão e Eva, espelhadas na abundância dos atrativos naturais e nos costumes indígenas. Da mesma forma, a literatura colonialista, de formação catequética, encarregou-se de ratificar a superioridade europeia por meio da expansão da fé. As narrativas dos padres jesuítas que desembarcaram no Brasil nos

primeiros séculos de colonização - Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Fernão Cadim, entre outros - não apenas reconheceram na colônia os atributos do paraíso – “um jardim em frescura” (ANCHIETA, 1933, p. 430) – mas evidenciaram a inferioridade e irracionalidade dos povos indígenas.

Por outro lado, os primeiros cronistas viajantes portugueses – Pêro de Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Sousa, entre outros – ao aprofundarem seus conhecimentos sobre a colônia, com intuito de inventariar os recursos naturais para, em seguida, comercializá-los, o fazem por comparação à civilização europeia, testemunhando o exotismo e a estranheza do Novo Mundo.

De forma semelhante, a literatura colonialista, especificamente voltada para a expansão colonial, encarregou-se de difundir as teorias da superioridade europeia e da missão civilizatória do império, utilizando uma linguagem estereotipada para intermediar as relações entre colonizadores e colonizados. A partir destas fontes, constituíram-se as polaridades entre o Ocidente – civilizado, adiantado, desenvolvido e bom - e o resto – selvagem, atrasado, subdesenvolvido e ruim. (COSTA, 2006)

Mary Louise Pratt, em *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação* (1999), analisa como os livros de viagens sobre o Novo Mundo, criaram a temática doméstica do euro imperialismo e engajaram o público leitor metropolitano nos empreendimentos expansionistas, cujos benefícios materiais destinavam-se a poucos. Como sustenta a autora, os relatos de viagens, em consonância com a história natural iluminista, produziram o “resto do mundo” para os leitores europeus em momentos particulares da trajetória expansionista, criando uma forma de consciência global eurocêntrica. Esta visão planetária foi marcada pela tendência à exploração e pela construção de significados ao nível global através de aparatos descritivos da história natural, elemento básico na estruturação do moderno eurocentrismo.

No Brasil, não obstante o controle português, o território foi sendo visitado por inúmeros viajantes estrangeiros - *André Thevét, Jean de Léry, Anthony Knivet, William Dampier, Bougainville, Gonneville, Caboto, Ballow, Samuel Purchas, Richard Hakluyt, Nicolas Barré, Nicolas Durant de Villegaignon, Theodore de Bry, George Margraf, Willem Piso, Amédée François Frézier, Le Gentil La Barbinais*, entre outros – interessados, sobretudo, na riqueza e nos produtos que, produzidos nas colônias, seriam passíveis de comercialização. Além disso, se anteriormente prevaleciam a diversidade e

exuberância natural, associadas a uma certa “inocência” testemunhada pelos padres e missionários, num momento posterior, destacaram-se as imagens de um território decrepito e isolado, situado na periferia do mundo civilizado.

É claro que o evidente interesse na expansão do colonialismo relacionava-se diretamente com a disputa de territórios que, numa perspectiva mercantilista, tinha uma importância. Entretanto, tal interesse ultrapassava o comprometimento com o lucro. Segundo Said (2011), o colonialismo tratava da “circulação e recirculação constante” (p. 31), por um círculo vicioso, fazendo com que a dominação e subjugação dos territórios fossem aceites. Ocorreu “aqui uma circularidade impressionante: somos dominantes porque temos poder (industrial, tecnológico, militar e moral) e eles não” (p. 137). Além disso, revigorava as energias da metrópole, de maneira que os colonos pensassem no “império como um dever planejado, quase metafísico, de governar povos subordinados, inferiores ou menos avançados” (p. 31). Em outros termos, tratava-se da retórica da missão civilizatória, no intuito de “beneficiar” o dominado, contudo, (re)inventava-se o próprio Ocidente.

Neste contexto, o desenvolvimento da “*scientia*” corroborou na ratificação da Europa como centro do sistema-mundo. De acordo com Sanches (2002), o discurso científico da modernidade contribuiu para a criação/invenção da raça, assim como legitimou a ideologia do colonialismo: “o Ocidente [passou] a definir[-se] cada vez mais como humano, cada vez mais branco, [e] masculino” (p. 31). Seja através da substituição da “transcendência de um Deus-criador”, seja pelo abandono da esfera autônoma do homem, passando a ser inserido não apenas em uma base naturalista, mas acima de tudo compreendido a partir do complexo de causas naturais deterministas: “os climas quentes produzem seres mais escuros, menos diligentes, mais inclinados para a lascívia e a preguiça” (p. 31). A classificação racial universal, através de modelos de evolução natural das espécies, atribuiu ao Outro a diferença: “a separação entre selvagens e civilizados [foi] confirmada pela ciência que assinala as respectivas evidências empíricas, positivamente indiscutíveis” (p. 31).

Quijano (2005) traduz essa associação como uma instância histórica, expressa a partir de uma operação mental de fundamental valor para o padrão de poder mundial. Em decorrência, a modernidade e a racionalidade foram desenhadas como experiências exclusivamente europeias, codificadas num jogo de categorias: “Oriente-Occidente,

primitivo-civilizado, mágico/místico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno” (p. 238). Ou seja, reduzidas a Europa e não-Europa.

Para alcançar tal objetivo, a história natural concebeu o mundo a partir de modelos científicos pensados pelo Velho Mundo. Logo, cristalizou imagens do mundo bastante diferentes daquelas proporcionadas pelas representações anteriores à navegação, uma vez que mapeou não somente uma determinada rota, mas conteúdos internos da superfície da terra:

ao lado deste universo totalizador, quão tímido parece o velho costume ligado à navegação de se preencher os espaços em branco dos mapas com desenhos icônicos de curiosidades e perigos regionais – amazonas no Amazonas, canibais no Caribe, camelos no Saara, elefantes na Índia, e assim por diante. (PRATT, 1999, p. 65)

A classificação da natureza, proposta por Lineu e Buffon, preparou o caminho para as estruturas orientalistas modernas, ao reduzirem um vasto número de objetos a tipos ordenáveis e descritíveis. Entre os escritos filosóficos, históricos e enciclopédicos surgiu o “caráter-como-designação”, prevalecendo como “classificação fisiológico-moral” os selvagens, os europeus, os asiáticos. Mais tarde, no século XIX, estas designações ganharam força, ao serem aliadas ao caráter desses povos. Ao referir-se a um oriental, era em termos de universais genéticos que a questão se colocava, com o seu estado primitivo, suas características primárias e sua formação espiritual singular. Desta forma, toda a questão do imperialismo projetava a tipologia binária das raças, culturas e sociedades avançadas e atrasadas, elevando a Europa ao domínio das produções não-europeias: “o Orientalista moderno se considerava um herói resgatando o Oriental da obscuridade, alienação e estranheza que ele próprio cuidara de identificar.” (SAID, 1990, p. 130)

A essas ideias, junta-se o modelo darwinista, que parecia acentuar a divisão de raças em adiantadas e atrasadas, europeias-arianas e orientais-africanas (SAID, 1990), além do positivismo de *August Comte*, o evolucionismo de *Spencer* e a perfectibilidade de *Rousseau*, aliados, ainda, as contribuições de cientistas naturalistas alemães como *Johann Friedrich Blumenbach* (1752-1840), *Samuel Söemmerring* (1755-1830) e *Christoph Meiners* (1747-1810), entre outros.

A partir do século XVIII, a pesquisa de campo e a prática da observação participante colocaram a viagem como um momento de acesso aos dados empíricos.

Entretanto, os dados coletados eram enquadrados num quadro de referências da época, que diretamente sancionava o projeto colonial/civilizador europeu (SANCHES; SERRÃO, 2002). Somam-se, ainda, teses sobre o atraso, a degeneração e a diferença do Oriente em relação ao Ocidente, associadas às ideias sobre as bases biológicas da desigualdade racial, principalmente nas colônias. (SAID, 1990)

Na prática, tais diferenças não decorriam efetivamente do atraso de certas regiões sobre as outras, mas do próprio caráter do sistema mundial, no qual é inerente a desigualdade entre centro e periferia, em virtude da divisão internacional do trabalho, que se processou no mesmo tempo em que se formava o mercado mundial – o centro detém a tecnologia e a periferia fornece matéria-prima, produtos agrícolas e mão de obra. Neste sentido, o intercâmbio foi sempre desigual.

Com efeito, inúmeros naturalistas, filósofos e cientistas que visitaram o Brasil durante o período colonial - *Charles Marie de La Condamine* (1735, 1744), *George Heinrich von Langsdorf* (1803), *Auguste de Saint-Hilaire* (1816), *Charles Darwin* (1833), *Luís Rodolph Agassiz* (1865), *Arthur de Gobineau* (1887), entre outros – não apenas investigaram ou catalogaram os recursos naturais, mas registraram a miscigenação racial como sinal máximo de degeneração. Além disso, ao considerarem o determinismo científico, em voga naquele momento, o território foi totalmente desqualificado e fadado ao barbarismo, em virtude do clima quente.

A partir do fim do século XVIII, sob a égide do conhecimento, e no âmbito da hegemonia ocidental, despontou um Oriente complexo, adequado ao estudo na academia, para exibição em museus, para a reconstrução na repartição colonial, para ilustração teórica em teses dos mais diversos campos do saber científico, para exemplos de teorias acadêmicas e sociológicas de desenvolvimento, revolução, cultura, caráter nacional ou religioso. (SAID, 1990)

Como exemplo, cabe citar a instalação no Brasil das Missões Artísticas Francesa (1816) e Austro-Alemã (1817), logo após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Sinteticamente, pode-se dizer que a Missão Artística Francesa contribuiu para a reprodução do modelo artístico/intelectual europeu, tendo um papel importante na ideologia da colonização, ao criar um ambiente de afirmação da presença do Estado português. A produção artística francesa composta por *Jean-Baptiste Debret*, *Aimé-Adrien Taunay*, *Nicolas-Antoine Taunay*, entre outros, resultou em acervos não somente acerca da diversidade natural do país, mas sobre o modo de vida exótico da colônia e



dos nativos. Quanto à Missão Austro-Alemã, os cientistas, botânicos e zoólogos que desembarcaram no país, dedicaram-se aos estudos (e principalmente coleta) da natureza no domínio português. Contudo, após longa investigação, transferiram para o Velho Mundo não apenas um vasto material sobre a flora e fauna brasileira, mas igualmente, as impressões da sociedade colonial brasileira.

O exemplo em questão pode ser relacionado diretamente com a proposta de discussão sublinhada por Said (2011) em torno da apresentação dos “nativos” no Ocidente, considerando “não só o que é dito, mas também como, por quem, onde e para quem é dito” (p. 42). Neste caso, o conjunto entre o narrador, os ouvintes e os respectivos motivos dos discursos constituem aspectos importantes e até insistentes da história que é narrada:

No Ocidente, as representações do mundo árabe (...) têm se mostrado toscas, reducionistas, grosseiramente racistas (...). Prosseguem caudalosamente os filmes e programas de televisão, mostrando os árabes como camaleiros frouxos, terroristas e xeques obscenamente ricos. (SAID, 2011, p. 60)

Apesar de Said (2011) utilizar o mundo árabe como modelo de representação do Oriente, pode-se traçar um paralelo com a forma como o Novo Mundo foi sendo descrito e desenhado por pensadores, artistas, navegadores, escritores, historiadores, cientistas etc., durante o longo processo de colonização. Mais tarde, foi o método usado pelos colonizados para afirmar a existência da sua própria identidade, através de uma elite nacionalista, dando continuidade ao processo de dominação e dependência, tanto quanto na época de colonização realizada por potências europeias: “pode-se dizer que a produção e interpretação contínua da própria cultura ocidental [mantiveram] exatamente o mesmo pressuposto em anos” (p. 75). Enfim, a polaridade encontrou-se igualmente na base da narrativa institucionalizada, centrada no Estado-nação ocidental, reduzindo a história moderna à ocidentalização.

Além disso, a literatura nacional participou da ratificação do domínio europeu no ultramar, criando estruturas que sustentavam a prática imperial. Em outros termos, as questões, mesmo as mais “científicas”, foram discutidas através de narrativas, fazendo da cultura colonial um importante papel na manutenção do imperialismo. Entretanto, Said (2011) não acredita que os autores tenham sido mecanicamente determinados pela

ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas sobretudo foram “moldando e moldados (...) [pelas] histórias e experiências sociais” (p. 14). Assim,

o empreendimento imperial depende da ideia de possuir um império, (...) e numa cultura fazem-se preparativos de todas as espécies para isso; aí o imperialismo, por sua vez adquire uma espécie de coerência, forma um conjunto de experiências, com a presença tanto do dominante quanto do dominado dentro da cultura. (SAID, 2011, p. 32)

No Brasil, ao contrário de outras nações, a literatura nacional representou um espaço privilegiado para o debate político. Isto é, as estruturas de saber não foram separadas do funcionamento do sistema. Ao contrário, funcionaram como elemento essencial na legitimação das estruturas políticas, econômicas e sociais. (WALLERSTEIN, 2007)

De fato, alguns trabalhos podem ser analisados sob a perspectiva de reprodução da matriz eurocêntrica. Logo, as versões literárias nacionais ratificavam, em muitos momentos, a ideologia imperialista, ao representarem de forma “orientalizada” o país. Se, por um lado, os autores inspirados pelo Romantismo europeu, mantiveram a preferência pelo exótico e pelos atrativos naturais, a exemplo da obra do romancista José de Alencar, na qual o reconhecimento do índio como “bom selvagem” se fez em detrimento do negro africano. Em contrapartida, muitos trabalhos científicos e literários, basearam-se na abordagem científica racista e nos modelos deterministas. Autores como Sílvio Romero (1851-1914), Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), Aluísio de Azevedo (1857-1913), Euclides da Cunha (1866-1909), Francisco José Oliveira Viana (1883-1951), Paulo Prado (1869-1943), entre outros, não apenas consideraram o clima (quente) na formação do caráter nacional brasileiro, como passaram a integrar o negro na constituição da nação, porém, sob a mácula da inferioridade.

Diversos escritores, cientistas, romancistas, antropólogos, historiadores, entre outros, acolheram a diferenciação básica entre a colônia e a metrópole como ponto de partida para a formação do caráter nacional. A observação, neste contexto, partiu sistematicamente do pressuposto de inferioridade da colônia e superioridade da metrópole. No plano discursivo, os textos podiam produzir não apenas o conhecimento, mas também a própria realidade para quem os escrevessem.

Com o tempo, esse conhecimento produziu uma tradição discursiva, cuja presença ou peso material passou a ser responsável pelos textos a que dá origem:

O Orientalismo tem suas premissas na exterioridade, ou seja, no fato de que o orientalista, poeta ou erudito, faz o Oriental falar, descreve o Oriente, esclarece os seus mistérios por e para o Ocidente. Ele nunca está preocupado com o Oriente exceto como causa primeira do que diz. (SAID, 1990, p. 32)

Neste sentido, o discurso configurou-se em uma série de ideias legitimadoras, que tornaram possível a manutenção do domínio colonial. Trata-se, aqui, da concepção foucaultiana de poder, usada por Said (1990) para demonstrar que “as relações de poder não estão em posição de superestruturas, (...) que o poder vem debaixo; isto é, não há, no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma posição binária e global entre os dominadores e os dominados” (FOUCAULT, 1987, p. 90), mas ao contrário, são exatamente as correlações de forças que atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições que suportam e atravessam o conjunto do corpo social.

Além disso, os poderosos sempre precisaram conquistar a sua legitimidade para obterem as vantagens e privilégios que acompanharam a sua dominação. Logo, o poder é algo adquirido ou compartilhado, e está indissociavelmente associado ao saber à medida que o legitima e o encobre, fazendo com que seja mais produtivo. Para Said (1990), ter determinado conhecimento sobre alguma coisa é dominá-la e possuir autoridade sobre ela. E, neste contexto, autoridade significa “nós” negarmos autoridade para “eles” - Orientais - visto que o conhecemos e existe, de certo modo, como o conhecemos. Aqui, o uso da terceira pessoa (nós) é “usado com todo o peso de um homem distinto e poderoso que se sente como o representante de tudo o que há de melhor na história de sua nação.” (SAID, 1990, p. 45)

Neste processo de conquista, a Europa encontrou-se sempre em uma posição privilegiada e dominadora: “só a civilização europeia, com raízes no mundo grego-romano antigo (e para alguns também no Velho Testamento), poderia produzir a modernidade.” (WALLERSTEIN, 2007, p. 66) Já o Oriente foi sucessivamente subjogado, a partir de um projeto ocidental para conquistá-lo e governá-lo, pois ao contrário da civilização europeia, estagnou em algum ponto de sua trajetória e, portanto, foi incapaz de transformar-se sem a interferência de forças externas.

De qualquer forma, o Orientalismo formalizou este projeto, utilizando grandes e abstratas categorias para descrever os diferentes povos e culturas. Deste modo, criou-

se mentalmente uma divisão entre um lugar habitual “nosso” – civilizado e superior - e um espaço não familiar “deles” – atrasado e exótico - traçando fronteiras geográficas imaginativas e, conseqüentemente, homologando as diferenças entre o império e a colônia. (SAID, 1990)

Com efeito, a história do sistema-mundo moderno tem sido, em grande parte, a narrativa da expansão dos povos e Estados europeus pelo resto do mundo. Na maioria das regiões do mundo, a expansão colonial envolveu conquistas militares, exploração econômica e injustiças em massa. Os que lideraram e lucraram justificaram-na com base no bem maior que representou para os povos conquistados. O argumento mais comum é que tal expansão disseminou algo invariavelmente chamado de civilização ou progresso. (WALLERSTEIN, 2007)

Como tal, a cultura europeia ganhou força e identidade ao produzir um sistema de representação contrastante com o Oriente, visto como uma espécie de substituto e até subterrâneo (SAID, 1990). No entanto, o autor argumenta que, apesar de a cultura ter atuado dinamicamente em conjunto com a lógica política, econômica e militar construindo uma representação do Oriente como um espaço variado e, por vezes, abstruso, o interesse do Ocidente no Oriente sempre foi estritamente político. Portanto, o Orientalismo não é um simples tema ou campo político espelhado de modo desinteressado na cultura, ou ainda pelas instituições autorizadas a lidar com o Oriente, nem tão pouco uma coletânea de textos sobre o Oriente e sua gente.

É antes de tudo, considerado como a intenção de compreender, controlar e manipular um mundo culturalmente distinto e, sobretudo, um discurso produzido no intercâmbio desigual dos diversos campos de poder, moldado, em certa medida, pelo poder político, intelectual, cultural e moral, ainda que exista uma relutância em admitir que as coerções políticas, institucionais e ideológicas agem sobre os autores limitando a sua criatividade. Como fato cultural e político, o Orientalismo não existe como um vácuo de arquivos desarmônicos; longe disso, todas as reflexões, discursos e concretizações acerca do Oriente ocorrem dentro de certas conexões cognoscíveis, levando-nos a compreender que o imperialismo político rege todo um campo de conhecimento, imaginação e instituições eruditas, de tal forma que o próprio ato de evitá-la torna-se (quase) uma impossibilidade intelectual e histórica. (SAID, 1990)

Entretanto, o autor esclarece que, afirmar que a política no contexto do imperialismo sempre teve relação com a produção artística, literária, teoria social e

história não corresponde a assegurar que a cultura é, portanto, algo degenerado. Ao contrário, para Said (1990) a ideia consiste em compreender melhor a persistência e a durabilidade do sistema cultural hegemônico europeu, ao perceber que suas coerções internas sobre escritores e pensadores foram produtivas, e não unilateralmente inibidoras.

Por fim, a história das representações orientalistas está repleta de generalizações e *clichês*, acessíveis não somente na TV, revistas, livros e filmes como no repertório de imagens de seres exóticos e lugares mágicos explorados pelo turismo. Existe um sistema legítimo, que regula o conhecimento, no qual certas regras devem ser seguidas. É impossível ultrapassá-las, e não usá-las parece ser virtualmente improvável, porque não existe outra forma de conhecimento produzido sobre o Oriente, ou seja, não existe uma posição crítica sobre o tema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diferentes tradições dos Estudos Culturais se desenvolveram a partir de esforços para compreender os modos de construção política, social e cultural que moldam a sociedade moderna do pós-guerra: a industrialização, a modernização, a urbanização, a comunicação de massas, a mercantilização da vida cultural, o colapso colonialista ocidental, o pós-colonialismo, o neocolonialismo, a globalização econômica, a emergência de novas formas de imigração, os nacionalismos, as hostilidades raciais e religiosas. (NELSON, TREICHER; GROSSBERG, 1992)

Neste contexto, os Estudos Pós-Coloniais indicam um campo teórico e político reconhecido, não apenas com o espaço temporal das colônias após o colonialismo, ou seja, na continuidade dos acontecimentos históricos da descolonização, mas também dentro do contexto da globalização, no qual o colonialismo, com os conflitos pós-coloniais e a violência abriram novos cenários. Ademais, o conceito pós-colonial pode colaborar no entendimento das mudanças nas relações globais que marcaram a transição da era dos impérios para o momento pós-independência e, ainda, na identificação das novas relações de poder, que emergiram neste novo contexto. (HALL, 2003).

Desta forma, no atual quadro de globalização, problematizar questões relativas ao pós-colonialismo possibilita refletir sobre conteúdos relacionados às identidades, fronteiras, alteridades e, principalmente, as relações de poder estabelecidas entre os

países (ex) colonizadores e (ex) colonizados. Isto porque, embora, o colonialismo político formal não seja mais uma realidade na maior parte dos países do mundo, ainda prevalecem desníveis de poder econômico e ideológico, afetando a forma como as sociedades e os indivíduos se relacionam entre si. (BRITO-HENRIQUES, 2014).

À luz dos Estudos Culturais e da teoria pós-colonial, foi possível verificar que o quadro histórico-cultural do Brasil sempre refletiu as relações de poder dentro de uma estrutura mundial binária e hegemônica, na qual ao Ocidente foi reservada a posição de civilizado, moderno e racional, ao passo que o Oriente apresentou-se sempre como espaço primitivo, atrasado e irracional. Embora o Brasil não esteja localizado no Oriente, uma suposta “orientalidade” pode ser encontrada no âmbito de sua representação imaginativa e cultural. Decerto, as narrativas de viagens de autores estrangeiros, a literatura colonialista e a produção textual nacional, encarregaram-se de difundir as teorias de superioridade europeia. O estado intocado da natureza, a mestiçagem e, conseqüentemente, a exotização da cultura, atribuíram ao país a condição de atraso e, portanto, dependente da ação civilizadora europeia.

Se, no primeiro momento, a extensão portuguesa no além-mar foi comparada ao Jardim das Delícias, legitimada pela Bíblia e pelos reis católicos, com o tempo, os Trópicos passaram a ser um local inóspito e insalubre, principalmente a partir da propagação dos modelos científicos darwinistas e deterministas. Neste sentido, exploraram-se as narrativas dos naturalistas e cientistas europeus que passaram pelo país, procurando revelar como os discursos desfavoráveis sobre a natureza tropical, desde cedo, atribuíram ao Brasil a posição de periferia do mundo civilizado, bem como colocaram a Europa como centro civilizador. Do mesmo modo, os costumes indígenas e as tradições africanas, associados a condição de povo mestiço, cristalizaram uma singularidade negativa e um sinal de degeneração, que passou a ser constitutivo dos discursos sobre o Brasil.

O percurso histórico que conduziu à “invenção” da(s) identidade(s) brasileira(s), refletiu os interesses, primeiramente da metrópole e, mais tarde, de uma classe dominante profundamente articulada com a ideologia imperialista. Neste contexto, foi possível identificar os principais autores que, sob uma matriz europeia, não apenas consideraram o determinismo científico na formação do caráter nacional brasileiro, como estabeleceram o atraso do país pela presença de vestígios afro-indígenas: Sílvio Romero (1851-1914), Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), Aluísio



de Azevedo (1857-1913), Euclides da Cunha (1866-1909), Francisco José Oliveira Viana (1883-1951), Paulo Prado (1869-1943).

Por fim, é importante destacar que o discurso dominante e “orientalizado” não produzem implicações apenas na cultura, mas também efeitos sociais, políticos e econômicos desfavoráveis, uma vez que a imagem do país está intimamente relacionada à captação de recursos e investimentos e têm ainda influência na auto-imagem das populações visitadas. Logo, refletir sobre o quadro histórico-cultural e o processo de orientalização do país não tem como objetivo meramente satisfazer a curiosidade, mas torna-se útil. É possível que, a partir do conhecimento mais aprofundado da posição do país dentro do contexto mundial marcado pelo binarismo West/Rest, se possa desnaturalizar a imagem do país que há séculos parece permanecer essencialmente imóvel.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANCHIETA, J. Cartas Jesuíticas III – **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre José de Anchieta** (1554-1594). Publicações da Academia Brasileira de História, Editora Civilizações Brasileira S. A., 1933. (Acervo Digital Biblioteca Brasiliana, USP).
- ANTONACCI, M. A. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: EDUCS, 2013.
- AOUN, S. **A Procura do paraíso no universo do turismo**. São Paulo: Papyrus, 2001.
- BAPTISTA, M. M. A criação do “Outro” na cultura pós-moderna. In: JORGE, V. O. (Coord.) **Cultura Light**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio. pp. 235-243, 2005.
- BAPTISTA, M. M. **O Gênio colonial português**. O papel dos media na criação de um Mundo português. Coimbra: Grácio Editor, 2017
- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CABAÇO, J. L.; CHAVES, R. DE C. N. Frantz Fanon: colonialismo, violência e identidade cultural. In: ABDALA JUNIOR, B. (Org.). **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo & outras misturas**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- COSTA, S. **Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, n.60, pp. 117-134, 2006.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- HALL, S. **Da diáspora - identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

- HALL, S. The centrality of culture. In: THOMPSON, K. (Org.). **Media and Cultural Regulation**. London: Thousand Oaks; New Delhi: The Open University; SAGE Publications, 1997.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 1992.
- HALL, S. The West and the Rest. Discourse and Power. In: HALL, S. et al. (Org.). **Modernity. Introduction to the Modern Societies**. Oxford, Blackwell, 1996.
- LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO Livros, 2005.
- LARA, A. S. **Imperialismo, descolonização, subversão e dependência**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2002.
- MORLEY, D.; CHEN, K. (Eds.). (2005). **Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies**. Londres/Nova York, Routledge.
- O'GORMAN, E. **A invenção da América**. São Paulo: UNESP, 1992.
- PAIVA, P. **O inferno e o paraíso em duas visões marginais**. In: Ler História, n.33, Separata, 1997.
- PRATT, M. L. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. São Paulo: EDUSC, 1999.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e America Latina. In: PRATT, M. L. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. São Paulo: EDUSC, 1999.
- SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. Companhia de Bolso, 2011.
- SANCHES, M. R. O homem reinventado. In: SANCHES, M. R. & SERRÃO, A. V. (Ed.). **A invenção do homem: raça, cultura e história na Alemanha do século XVIII**. Centro de Filosofia de Universidade de Lisboa, 2002.
- SANCHES, M. R.; SERRÃO, A. V. (Ed.). **A invenção do homem: raça, cultura e história na Alemanha do século XVIII**. Centro de Filosofia de Universidade de Lisboa, 2002.
- SANTOS, E. P. Pós-colonialismo e pós-colonialidade. In: FIGUEIREDO, E. (Org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: Editora UFJF, Niterói: Editora UFF, 2005.
- SODRÉ, N. W. **A ideologia do colonialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOUSA SANTOS, B. Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. In: **Novos Estudos Cebrap**, n.66, pp. 23-52, 2003.
- SHOHAT, E.; STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.